

REPÚBLICA



PORTUGUESA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Publicar-se!
Grá

REGISTO DE INTERESSES

Art.º 26.º do Estatuto dos Deputados¹ e Art.º 7.º-A do Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos²

I – IDENTIFICAÇÃO DO/A DECLARANTE

Nome completo FRANCISCO RAMOS LOPES GOMES DA SILVA

Actividade Profissional PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Estado Civil (se casado/a, indicar o nome completo do cônjuge e o regime de bens) CASADO COM RITA MARIA THERIAGA MENDES BERNARDO GONCALVES GOMES DA SILVA, EM REGIME DE COMUNHÃO DE ADQUIRIDOS (SEM CONVENÇÃO ANTENUPCIAL)

II – CARGO QUE EXERCE

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DO DES. RURAL ANO DE 2013

¹ Aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 24/95, de 18 de Agosto, 55/98, de 18 de Agosto, 8/99, de 10 de Fevereiro, 45/99, de 16 de Junho, 3/2001, de 23 de Fevereiro (Declaração de Rectificação n.º 9/2001, publicada no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 61, de 13 de Março de 2001), 24/2003, de 4 de Julho, 52-A/2005, de 10 de Outubro, 44/2006, de 25 de Agosto, 45/2006, de 25 de Agosto, e 43/2007, de 24 de Agosto, e 16/2009, de 1 de Abril.

² Aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro (Declaração de Rectificação n.º 2/95, de 15 de Abril), Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto, Lei n.º 12/96, de 18 de Abril, Lei n.º 42/96, de 31 de Agosto, Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho

III - ACTIVIDADES

Considera-se integrada nesta rubrica toda e qualquer actividade pública ou privada que o/a declarante exerça, ou que tenha exercido nos últimos três anos, incluindo actividades comerciais ou empresariais, profissão liberal e o desempenho de funções electivas ou de nomeação.

- PROFESSOR AUXILIAR DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA
- ADMINISTRADOR DA AGRONOMAIS PLUS S.A.
- CONSULTOR E COORDENADOR DE PROJECTOS DA AGROGES, SOC. ESTUDOS E PROJECTOS, LDA
- ASSESSOR DO GABINETE DA MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

IV - CARGOS SOCIAIS

Desta rubrica deve constar o desempenho de cargos sociais que o declarante exerça ou tenha exercido nos últimos três anos, designadamente a discriminação dos cargos de administrador, gerente, gestor, director, membro de comissão administrativa, conselho fiscal e comissão de fiscalização, membro de mesa de assembleia-geral ou de órgãos ou cargos análogos, de quaisquer sociedades comerciais, civis sob forma comercial, cooperativas ou públicas e também de associações, fundações, instituições particulares de solidariedade social, misericórdias e semelhantes, tanto nacionais como estrangeiras.

CARGO	ENTIDADE	NATUREZA E ÁREA DE ACTIVIDADE	LOCAL DA SEDE
Membro do C. Administr.	Agromais Plus, s.a.	Comércio de produtos de produção pl agrícola.	Goleta
Vogal C. Fiscal	Alumni ISA	Assoc. Antigos alunos ISA	LISBOA
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

V - APOIOS OU BENEFÍCIOS

Nesta rubrica devem discriminar-se todos e quaisquer apoios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das actividades, inclusivamente de entidades estrangeiras.

No ano de 2011 (última declaração liquidada relativa ao imposto sobre o rendimento de pessoas singulares), o declarante, auferiu um rendimento do trabalho (dependente e independente) no valor bruto de 78.307,39, proveniente das actividades desenvolvidas nesse ano, e acima identificadas.

VI – SERVIÇOS PRESTADOS

Consideram-se abrangidas nesta rubrica as entidades, e respectiva área de actividade, a quem o/a declarante preste pessoalmente serviços remunerados de qualquer natureza com carácter de permanência ou mesmo pontualmente desde que susceptíveis de gerarem conflitos de interesses nos termos do Estatuto dos Deputados. Quando tais serviços sejam prestados no exercício de actividades sujeitas a sigilo profissional, o/a declarante obterá o consentimento da entidade a quem esse serviço é prestado para a identificar, podendo admitir-se que a sua declaração seja feita, nesta parte, em documento autónomo a tratar reservadamente pela Comissão Parlamentar referida no artigo 27.º-A do Estatuto dos Deputados, se tal for requerido.

O declarante cessou toda e qualquer actividade profissional antes de tomar posse do cargo

VII - SOCIEDADES

Desta rubrica deve constar a identificação das sociedades em cujo capital o/a declarante por si, pelo cônjuge ou pelos filhos, disponha de capital e também a quantificação dessa participação.

ENTIDADE	ÁREA DE ACTIVIDADE	LOCAL DA SEDE	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/
/	/	/	/

VIII – OUTRAS SITUAÇÕES

Não sendo a lei taxativa na enumeração das situações a registar, desta rubrica devem constar quaisquer outras que não se integrem nas anteriores.

/

/

/

/

/

/

/

/

/

/

Data 25/02/2013

O/A Declarante
Francisco Paulo dos Santos Gomes da

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração, cujo duplicado devolvo com a presente nota de recebimento.

Assembleia da República, Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, em 06 de Maio de 2013

O/A Secretário/a da Comissão
Henrieta Regina dos S. da Silva